

Bruno Henriques*

A visão histórica de Mendes Corrêa (1919-1940)

R E S U M O

Partindo das diretrizes da Academia Portuguesa da História, renascida durante o Estado Novo, este artigo propõe-se analisar temas, conteúdos e, acima de tudo, os valores que norteiam a produção historiográfica do período em questão. Para tal, tomámos como protagonista António Augusto Mendes Correia, eminente portuense e antropólogo da primeira metade do século XX, e através da sua produção histórica, procurámos o seu enquadramento nos valores científicos da Academia e averiguar o grau de influência na sua obra.

Este artigo resulta da investigação apresentada na dissertação de mestrado com o título: «A ressurreição da raça portuguesa no pensamento de Mendes Correia. História. Antropologia. Eugenia (1911-1960)»

Palavras-chave: Mendes Correia; Estado Novo; Raça; Historiografia.

A B S T R A C T

From the guidelines of the Academia Portuguesa da História, reborn during the Estado Novo, this article proposes to analyze themes, contents and, above all, the values of the historiographic production in this period. For this, we took António Augusto Mendes Correia, eminent Oporto citizen and anthropologist, and through his historical production, we sought his establishment into the scientific values of the Academia and find out its influence in his work.

This article includes results of the investigation that was presented in the Masters dissertation under the title: «A ressurreição da raça portuguesa no pensamento de Mendes Correia. História. Antropologia. Eugenia (1911-1960)»

Keywords: Mendes Correia; Estado Novo; Race; Historiography.

Introdução

Pelo Decreto-Lei nº 26/611, de 19 de Maio de 1936, na comemoração do 10.º aniversário da ‘Revolução Nacional’, nasceu a Academia Portuguesa da História, que pautou a tónica da investigação historiográfica do período do Estado Novo.

Nascido na cidade do Porto em 4 de abril de 1888, António Augusto Mendes Correia cursou Medicina na Escola Médico-Cirúrgica na sua cidade, concluído em 1911 com a média de 17 valores. Autor de uma vasta e variada obra, foi antropólogo, arqueólogo, professor das Faculdades de Ciências e de Letras da Universidade do Porto, presidente da Câmara do Porto, deputado na Assembleia Nacional e presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, dentre

* Mestre em História Contemporânea pela Universidade do Porto e investigador do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar – Cultura, Espaço e Memória).

os principais cargos que desempenhou. Neste artigo, deixamos de parte o seu contributo nas suas diversas áreas profissionais e centramo-nos na sua lavra historiográfica.

Mendes Correia ofereceu o seu contributo para a resolução de “problemas históricos [onde antes existiam] divergências de interpretação, procurando definir a verdade no interesse nacional”¹, como pediam os estatutos da Academia. O que significa que a produção historiográfica procurava plasmar verdades, ao serviço da nação, sem espaço para questionamento – a ciência histórica ao serviço da ideologia política; o passado que engrandece o presente.

Os “problemas” que a historiografia da década de 30 pretendia ver resolvidos versavam sobre a questão da origem da nacionalidade, a questão da geopolítica de Portugal no mundo e na Península Ibérica, e a questão da decadência da raça portuguesa. Vejamos os pontos de vista de Mendes Correia.

A individualidade de uma vontade coletiva

A formação da nacionalidade, um dos mais polémicos temas historiográficos, havia sido abordado por nomes como Alexandre Herculano, Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Martins Sarmiento, Oliveira Martins, Jaime Cortesão e, no período em questão, por Damião Peres, com o qual Mendes Correia iria entrar em acirrada discussão.

Para Mendes Correia, Portugal tem uma origem remota, anterior a D. Afonso Henriques. Considera que não falamos ainda de uma nação independente, mas de um conjunto de pessoas que apresenta características comuns e que permaneceriam inalteráveis ao longo do curso histórico. Desde logo, temos um discurso que apresenta dois objetivos: a existência de uma população ‘portuguesa’ anterior ao Portugal político implica uma história com raízes mais profundas, um prolongamento no passado da história portuguesa; não associar um espaço físico à origem de Portugal é tentar legitimar todas as aquisições de territórios, seja pela Reconquista Cristã, seja pela Expansão marítima.

Resultado das escavações arqueológicas em Muge, Mendes Correia encontra no *Homo taganus* uma individualidade taxonómica que o separa “nitidamente das populações atuais da raça mediterrânica”². O que o autor pretende demonstrar é que poderá estar no *Homo taganus* um antepassado dos portugueses, apesar de “distinto do português médio contemporâneo”³. Mendes Correia resolve o problema da distinção antropológica entre as ossadas com mais de dez mil anos⁴ e o português coevo, falando de uma “*cultura megalítica portuguesa*”⁵, que se distinguia das restantes encontradas na Península Ibérica. Ou seja, o *Homo taganus* era geneticamente díspar do português contemporâneo mas culturalmente próximo.

Esta teoria não sofreu qualquer contestação pelos seus contemporâneos, servindo até para oferecer uma proto-história a Portugal. O mesmo não aconteceu quando formulou a sua teoria da origem da nacionalidade.

¹ Art.º 2, ponto 3, dos estatutos da Academia Portuguesa da História. Cit. in Luís Reis Torgal, “A história em tempo de «ditadura»” in *História da História de Portugal*. II Vol. *A História através da História*, Luís Reis Torgal; José Amado Mendes; Fernando Catroga (s.l.: Temas e Debates, 1998), 285.

² Mendes Correia, *Novos elementos para a cronologia dos concheiros de Muge* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1934), 7-8.

³ *Idem*, *Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 71.

⁴ Cf. *Ibidem*, 70.

⁵ *Idem*, 72-73.

Em 1938, Damião Peres publicou o livro *Como nasceu Portugal*, onde defende que Portugal nasce da vontade política de D. Afonso Henriques e, entre os séculos IX e XI, da existência de ermamento entre o Minho e o Mondego. Mendes Correia refutou esta tese e iniciou uma polémica historiográfica com o então presidente da Academia Portuguesa da História. Dez anos antes, Damião Peres, na *História de Portugal*, dita ‘de Barcelos’ (1928-1935), de sua direção, escreveu no prefácio que, os conhecimentos científicos mostravam que os portugueses do século XII “eram legítimos representantes daquelas vetustas gerações tão ciosas da sua autonomia.”⁶ Damião Peres referia-se à filiação lusitana do Portugal medieval, tese que não oferecia qualquer resistência na comunidade histórica, da existência de proto-Portugal, e que refutava a tese de Alexandre Herculano, mas à qual caminhou Damião Peres regressou no seu livro de 1938. Ora, o que acontece é que o eminente incorreu numa falta grave para com os preceitos da Academia a que presidia, pois refundia uma verdade que estava já plasmada na ‘sua’ *História de Portugal*. Mendes Correia insurgiu-se precisamente contra a falta de coerência de Damião Peres⁷. Defendia que as duas obras deveriam ser complementares, nunca concorrentes.

Mendes Correia não secundarizou o papel de D. Afonso Henriques e considerou até que a sua glória “como fundador de Portugal, [era] grande e irrecusável.”⁸ Mas a vontade individual nada conquistou porque, como afirma: “nenhuma vontade humana teria sido capaz de construir esta Pátria, sem o sopro vivificador duma direção providencial, sem esta terra abençoada, e sem Portugueses.”⁹ D. Afonso Henriques é o porta-estandarte de uma vontade coletiva antiga, ao mesmo tempo terrena, espelhada na vontade da população, e divina, destinada pela providência. Uma vontade que pode ser representada pela Lusitânia: “um artifício, um Portugal remoto de arbitrária fisionomia continental [...]. O Portugal ulterior, com a capital em Lisboa, é a realização definitiva, eterna”¹⁰. Foi também aqui, segundo as suas palavras que se iniciou a “epopeia portuguesa e nasce[u] a Nação.”¹¹

A retórica de Mendes Correia insere-se nos valores historiográficos coevos. Deste modo, não pensemos que a defesa do coletivo se sobrepõe ao indivíduo. São, duas entidades que se alimentam a si mesmas. Viriato e D. Afonso Henriques servem uma vontade coletiva como líderes e heróis esclarecidos, de sobre-homens nietzschianos, numa linha linhagem direta até Salazar. Deste modo, a união entre portugueses e líderes é umbilical, numa linha contínua e coerente do tempo histórico e de valores perenes.

Mas foi o segundo ponto que mais encolerizou Mendes Correia, o da ideia de que, entre os séculos IX e XI, existiu ermamento entre o Minho e o Mondego. Mendes Correia não aceitou a ideia de hiato na história portuguesa, pois isso significaria que as invasões sucessivas da Península Ibérica significavam o desaparecimento dos Lusitanos. Rebateu esta tese com o argumento de que “uns punhados de legionários e colonos romanos, umas hordas de bárbaros do norte e de sarracenos [não aniquilaram] a massa homogênea lusitana, e dado tardiamente origem, pelo mais surpreendente fenómeno, à unidade nacional portuguesa.”¹² Para reforçar,

⁶ Damião Peres, *História de Portugal*, I Vol. (Barcelos: Portucalense Editora, 1928), 15-16.

⁷ Mendes Correia, *Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 79. Podemos ler aqui que Damião Peres “há poucos anos ainda pensava de modo contrário”.

⁸ Mendes Correia, *Da Pré-História à História Portuguesa* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1940), 13.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Idem*, *Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 27-28.

¹¹ *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 75.

¹² *Idem*, *Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 78.

socorreu-se das obras de Leite de Vasconcelos (*Etnografia Portuguesa*, 1936), o qual defendia “a nítida continuidade da população”¹³ no período em questão, e da *História da Administração Pública nos séculos XII a XIV*, de Gama Barros, publicada entre 1885 e 1922, onde corrobora que “a população entre Minho e Mondego era numerosa.”¹⁴ A coerência temporal da história de Portugal não se compadecia com ermamentos e Mendes Correia questiona implicitamente Damião Peres, se a população portuguesa teria surgido “de repente”¹⁵.

Damião Peres responde através da publicação do artigo *Portugal «Ex Animo Portucalensium»*, mantendo o que disse no seu último livro e, em tom cáustico, acusou o antropólogo portuense de ter “mau sestro, e já velho, de pretender discutir tudo, mesmo aquilo de que sabe muito pouco”¹⁶.

A discussão parece ter esmorecido, até porque não encontramos episódios subsequentes. O que não esmoreceu foi a defesa do seu ponto de vista acerca da origem da nacionalidade e que estava plasmada, como que ironicamente, na ‘História de Barcelos’, na qual firmou o primeiro capítulo: “A Lusitânia pré-romana”. Podemos encontrar aqui a recusa da tese do ermamento de Alexandre Herculano e que, mais tarde, acusou de escrever “ilusões e patranhas”¹⁷, enquanto historiadores como ele e Martins Sarmiento se apoiavam na “objetividade científica”¹⁸.

Mendes Correia era, mais do que historiador, arqueólogo e antropólogo, e procurou nestas ciências os argumentos que fizessem dos lusitanos antepassados dos portugueses. Deste modo, afirmou que se tratavam de um povo anterior aos Celtas, mas que receberam destes “influência cultural e talvez antropológica”¹⁹ sendo este o “antigo povo que é lícito cientificamente considerar como o principal elemento etnogénico dos modernos portugueses”²⁰. No fundo, o que Mendes Correia pretende é inserir os portugueses como uma das raças puras, um conceito antropológico tão em voga da década de 30 do século XX, alheio a influências étnicas externas e a mostrar o *continuum* na história de Portugal²¹, tão importante no passado como no presente.

¹³ *Ibidem*, 81.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ Damião Peres, *Portugal «Ex Animo Portucalensium»* (Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1938), 8.

¹⁷ Mendes Correia, *Martins Sarmiento e a consciência nacional* (Guimarães: Tipografia Minerva Vimaranesense, 1933) (separata do fascículo 1-4 da *Revista Guimarães*, vol. XLIII), 14.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Idem*, *Valencianos e Portugueses* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1933) (separata da homenagem a Martins Sarmiento), 251. O mesmo afirmou nesta obra, socorrendo-se da arqueologia e do testemunho de Estrabão. In *IDEM*, *Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), 151.

²⁰ *Idem*, “O criminoso nas tradições populares portuguesas” (conferência no Club Fenianos do Porto, em dezembro de 1930) in Mendes Correia, *A Nova Antropologia Criminal* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1931), 206.

²¹ Cf. *Idem*, *Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 75-76; Vide também *Ibidem*, 84-85, onde afirmou: “Os argumentos favoráveis à persistência de remotos tipos consistem sobretudo na verosimilhança duma certa afinidade de composição entre neo-eneolíticos de Portugal e a nossa população de hoje, e na analogia de comportamento, de tendência autonómica e expansiva, ou de originalidade cultural e social da gente megalítica, dos Lusitanos, e dos Portugueses históricos. [...] Esses factos são reveladores de predisposições humanas, tendências e capacidades tão paralelas ou semelhantes que só por um estranho capricho do acaso não resultariam de energias inatas comuns, duma certa continuidade germinal.”; por fim, vide in *Idem*, *Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), 150-151: “Conjugando os elementos antropológicos, arqueológicos e históricos, somos levados a apresentar os Lusitanos (...) não como simples recém-vindos Celtas, Iberos ou Celtiberos, mas como um povo que tinha fundas e longínquas raízes no território, relacionando-se genealógicamente com os portadores duma velha cultura ocidental, os construtores de dólmenes.”

Encontramos no discurso de Mendes Correia uma vontade de autonomia e independência nos nossos antepassados lusitanos que, apesar de serem rudes montanheses, ofereceram resistência à invasão dos civilizados romanos²². Mais uma vez, socorreu-se da arqueologia para mostrar, como afirmou, o “cunho indelével do génio nacional e a relutância do indígena em receber a cultura estranha”²³. Mendes Correia interpretou o combate aos invasores como se tratasse de um sentimento existente de independência²⁴ e duma tendência autonómica hereditária²⁵. Existe, para Mendes Correia, uma predisposição genética para a autonomia e independência, que se manteve viva ao longo do curso histórico e que permite manter intacto o sentimento nacional.

Por outro lado, a ausência de influência externa do genótipo implica uma mensagem para os antropólogos contemporâneos de Mendes Correia, que acusavam Portugal de ser um país mestiço. Mendes Correia escreve profusamente acerca deste tema, recusando sempre qualquer influência externa no que aos caracteres somáticos concerne. Apenas aceita influências culturais, pois só assim os portugueses passaram de ‘rudes montanheses’ a povo civilizado: a língua, o direito e o município são heranças romanas²⁶. Assim, a estirpe manteve-se intacta e a aquisição de valores civilizacionais colocaram Portugal na rota do Ocidente, logo, na dianteira do processo histórico. Uma vez adquiridos, cabia então aos portugueses delegá-los legitimamente. Isto é, a a civilização pressupõe uma hierarquia: o portador, traz consigo os valores do ocidente europeu (mais tarde, de cunho cristão), o qual os administra no recetor, um agente passivo. Trata-se de um ato altruísta, nunca impositivo - a lei do bem superior. Assim, as invasões germânicas e muçulmanas que sucederam às dos romanos não influenciaram, em grande medida, a população autóctone pois, segundo Mendes Correia, tratavam-se de “multidões guerreiras que, uma vez vitoriosas, se contentavam com o domínio militar, político e económico, não suprimindo a população pré-existente e mesmo deixando-se influenciar pelos seus costumes, pela sua língua, pela sua cultura, que era superior à delas”²⁷.

Quando os dados científicos são escassos ou inexistentes, o discurso de Mendes Correia resvala para o misticismo mitológico. Foi o que aconteceu numa conferência proferida na Junta da Providência do Ribatejo, em 18 de junho de 1938²⁸, onde Mendes Correia avançou com a hipótese de que Platão, na sua descrição da Atlântida, terá tomado como influência os cenários e os quotidianos ribatejanos e lisboetas²⁹. Ademais, voltou a trazer à liça os lusitanos, para afirmar que estes “tinham certas coincidências com os Atlantes”³⁰, o que teria levado o filósofo de Atenas a ter escolhido os lusitanos como exemplos modelares da mítica civilização.

O discurso científico-ideológico de Mendes Correia equilibra-se entre a investigação e a utilidade mítica, isto é, colocando a história como suporte teórico do regime, num constante diálogo de exigências entre o passado e o futuro. Construir uma mitologia de uma nação forte implicava,

²² Cf. *Idem*, *Da Pré-História à História Portuguesa* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1940), 14.

²³ *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 75.

²⁴ Cf. *Ibidem*, 156.

²⁵ Cf. *Idem*, *Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 76.

²⁶ Cf. Mendes Correia, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 75.

²⁷ *Idem*, *Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), 154.

²⁸ Cf. *Idem*, “Um problema paleogeográfico” in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, nºs 1 e 2 (Porto: [s.e.], 1920). Neste artigo responde a um artigo publicado por Pierre Ternier e debate acerca das possíveis localizações da Atlântida.

²⁹ *Idem*, “Pré-História e gente do Ribatejo” in Mendes Correia, *Antropologia e História* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1954), 18.

³⁰ *Ibidem*.

numa égide darwiniana, a sua sobrevivência. O seu discurso, de um positivismo extremo, não há espaço para dúvidas. Segundo as suas palavras, à falta de dados científicos devia opor-se a “convicção, grata ao nosso sentir, de que não somos apenas uma das mais antigas e gloriosas nações da Europa, mas temos em nós o sangue, os genes, as virtualidades fecundas duma estirpe multimilenária que um dever nacional e humano manda preservar da dissolução e do aniquilamento”³¹.

A prova cabal do valor português

Depois de tratado do ser, Mendes Correia tratou do estar - do posicionamento histórico de Portugal na Península Ibérica e no mundo. Para ele, a Restauração da independência em 1640 e a expansão marítima e colonial eram a “prova cabal do valor português”³². Esta expressão foi escrita em 1919, e serve esta efeméride para adiantar que o discurso histórico de Mendes Correia não é fruto da Academia Portuguesa da História, senão precursor.

Ao falar de política colonial, Mendes Correia continuou a adicionar ilustres antecessores à linhagem do herói Salazar, como D. Manuel I, o qual foi o precursor do colonialismo tolerante e justo³³, sem imposição agressiva dos costumes metropolitanos³⁴ e, acima de tudo, tentou mostrar que o programa para os indígenas não diferia, na essência, “do consagrado modernamente no Ato Colonial Português”³⁵.

Como falámos atrás, os lusitanos foram recetores da civilização transmitidos pelos romanos. Os portugueses quinhentistas, na opinião de Mendes Correia, pegaram no testemunho e passaram a ser emissores de civilização. Não se trata de uma conquista imperialista nas suas palavras, mas de um expansionismo luso-cristão, essa “verdadeira epopeia civilizadora.”³⁶ O eminente portuense defendeu a ideia de que não foi escolha de Portugal fazer a expansão, foram os portugueses que foram selecionados providencialmente para executá-la. Deste modo, os portugueses passaram a ser os representantes da civilização ocidental (de matriz cristã) e influenciaram parte do mundo desconhecido com a sua “mentalidade, língua, direito, moral, religião.”³⁷

Acima de todos os valores estavam os de cariz religioso, os quais Mendes Correia considerou como sendo os que atestavam o contributo de Portugal para o mundo civilizado e que não poderiam causar menos do que “gratidão universal”³⁸.

Tenhamos em mente que a retórica do Estado Novo operava sempre em dois tempos: passado e presente. Em 18 de maio de 1925, Mendes Correia discursou na Universidade de Coimbra e apresentou um texto onde defendia o combate aos imperialismos económicos, relevando o alemão, e à disseminação dos ideais da ditadura do proletariado. Em contraposição apresentou o exemplo português, essa “fórmula verdadeiramente humanitária, reparadora de injustiças, emancipadora dos oprimidos, consoladora dos humildes, [que] reside apenas na ressurreição das singelas virtudes cristãs no seio desta humanidade que as perdeu sob a crítica

³¹ *Idem*, *Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), 235.

³² *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 156.

³³ Cf. *Idem*, “A Cultura Portuguesa na África e no Oriente” in Mendes Correia, *Antropologia e História* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1954), 245.

³⁴ Cf. *Ibidem*, 246.

³⁵ *Idem*.

³⁶ *Idem*, 232.

³⁷ *Idem*, 246.

³⁸ *Idem*, *Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), 259.

da estiolante e perversa dum ceticismo sacrílego.”³⁹ Serve este argumento, implicitamente, para atestar que o único império legítimo é aquele que defende os valores de antanho do ocidente cristão e que, curiosamente, eram também os valores do Portugal presente.

Para Mendes Correia, Portugal desempenhou no mundo os papéis de sacerdote, como vimos, de soldado, cientista e de mercador.

Como soldado, Portugal foi baluarte da resistência cristã, líder dos valores europeus, face aos invasores muçulmanos no norte de África⁴⁰, cujo “poderio teria podido um dia esmagar a Europa.”⁴¹

Como cientista, e nas suas palavras, “é simplesmente prodigioso o que os Portugueses fizeram no passado relativamente ao conhecimento científico das raças indígenas dos países que iam descobrindo, de muitas das quais nem sequer se suspeitava a existência, sendo os nossos exploradores que as revelaram ao mundo culto da época”⁴².

Como mercador, Portugal explorou economicamente os recursos das suas colónias, quer em géneros, quer em pessoas. E aqui inserimos um dos temas mais difíceis de defesa da exploração colonial: a escravatura. Seria impossível falar de altruísmo perante a existência de escravos. Mendes Correia desviou a questão e colocou-a em perspetiva, quando afirmou que a escravatura portuguesa, quando comparada com a das colónias de outras nações, foi mais humana, pois “nem Portugal teve o monopólio e a iniciativa da escravidão do globo, nem a exerceu mais cruelmente do que outras nações. Os portugueses foram mesmo dos povos mais benignos com os próprios escravos.”⁴³ Exemplificou com o caso brasileiro: “frequentemente, os proprietários de escravos davam alforria, por sua morte, aos bons, e [apenas] conservavam na escravidão os maus”⁴⁴. No fundo, sem o dizer, tentou mostrar que Portugal praticou a escravatura, mas de forma menos intensa e, acima de tudo, enalteceu o precoce movimento abolicionista no império, exemplificando, mais uma vez, com o caso brasileiro, com a libertação dos índios do trabalho forçado, em 1755⁴⁵.

Nas palavras de Mendes Correia, Portugal foi precoce como nação, precoce na defesa dos ideais europeus e, quando eclodiu a II Guerra Mundial, devia ser precoce na defesa moral contra a escravidão que dizia assolar a Europa: a escravidão ideológica (imperialista ou socialista), que devia ser combatida, escravizava “a humanidade de hoje à tirania dos instintos mais grosseiros, à crueldade duma ideologia destruidora e feroz, à maldade, ao crime e à mentira! Proclamemos a soberania definitiva do Espírito, o império da Bondade e da Justiça entre os homens”⁴⁶.

Portugal deveria, assim, manter os papéis de sacerdote, soldado, cientista e mercador pois, a falta de interferência civilizacional dos portugueses nas suas colónias, pode levar a uma regressão à barbárie⁴⁷.

Para além da escravatura, Mendes Correia usou o polémico tema da mestiçagem como prova do valor de Portugal como disseminador civilizacional. Este é o tópico mais incoerente

³⁹ *Idem, A Antropologia nas suas relações com a arte* (Porto: Edições da Renascença Portuguesa, 1925), 57.

⁴⁰ *Idem*, “A Cultura Portuguesa na África e no Oriente” in Mendes Correia, *Antropologia e História* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1954), 232.

⁴¹ *Idem, Ibidem*, 256.

⁴² *Idem, Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), 246.

⁴³ *Idem, Antigos escravos africanos em Portugal e no Brasil* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1938), 25.

⁴⁴ *Ibidem*, 22.

⁴⁵ *Idem*, 25.

⁴⁶ *Idem*, 29.

⁴⁷ Cf. *Idem, Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), 382.

do discurso de Mendes Correia, uma vez que escasseiam os dados científicos, como ele próprio refere, que permitam atestar graus de miscigenação das colónias⁴⁸. Mendes Correia opera um discurso de atração-repulsão pela miscigenação consoante o público-alvo.

Se o recetor era o público nacional, rebateu as diversas teses estrangeiras da existência de sangue não branco nos portugueses, com base em dados históricos e antropológicos, para atestar a pureza racial dos portugueses. Neste sentido, exemplificou com o papel de D. Manuel I e da Inquisição no cruzamento com judeus, para mostrar que a política e a religião travavam a possibilidade de mistura étnica⁴⁹. Mesmo no que concerne a ciganos e negros, afirmou que “está provado que, apesar de sucessivas importações desses elementos étnicos, quer em recuadas épocas, quer no período da nossa expansão marítima e colonial, foi muito mais insignificantes do que vários estrangeiros têm afirmado, a influência etnogénica dessas raças exóticas na população portuguesa”⁵⁰.

Já se o discurso era feito para público estrangeiro, sobretudo para aqueles que atacavam o nosso império colonial, caso dos antropólogos alemães, Mendes Correia evocou a humanidade dos portugueses nas relações raciais, falando de “ausência de preconceitos raciais”⁵¹, e acrescentando que “os Portugueses são dos povos mais abertos e acessíveis do mundo”⁵².

Porém, existe uma aceitação de mesclagem mais no sentido de convivência do que mistura étnica. Se Mendes Correia admitiu algum cruzamento genético, fez questão de frisar que a hierarquia permanecia imutável, isto é, que a superioridade portuguesa se impunha implicitamente, uma vez que o “predomínio afetivo na psicologia portuguesa contribuiu para estreitar os laços fraternais dos Portugueses com outras populações e fez da cultura lusitana uma das mais naturais, espontâneas e humana das culturas, mesmo em diferentes meios”⁵³.

Ao esclarecimento e posicionamento de Portugal no mundo, Mendes Correia acrescenta a importância da nação no seio da Península Ibérica. Este posicionamento geopolítico era imperativo, sobretudo, se atentarmos às convulsões políticas que Espanha sofreu durante a década de 30, com especial cuidado para a possível contaminação republicana do Estado Novo, antes do desfecho da Guerra Civil.

Para isso, Mendes Correia recorreu a 1640 e à Restauração da independência portuguesa, como episódio basilar da autonomia lusa fase aos espanhóis. Nunca é demais acrescentar que se serviu da figura de D. João IV para inserir na linhagem heroica de Salazar. Porém, de acordo com a linha contínua e coerente da história de Portugal nos trâmites do Estado Novo, debateu-se com dois problemas historiográficos: o da recuperação da figura de D. João IV, até então tido pelos historiadores como um rei menor, e o de retirar a Restauração como um restabelecimento da história de Portugal.

Mendes Correia, apoiando-se em Alfredo Pimenta e António Sardinha, argumentou contra Oliveira Martins, que considerava o rei restaurador um rei menor. Num artigo publicado no *Independência*, em 1940, sob o título “O significado e os fatores profundos da Restauração”,

⁴⁸ Cf. *Idem*, *Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 98.

⁴⁹ Cf. *Ibidem*.

⁵⁰ *Idem*. Vide também *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 81.

⁵¹ *Idem*, “A Cultura Portuguesa na África e no Oriente” in Mendes Correia, *Antropologia e História* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1954), 258-259.

⁵² *Ibidem*, 258.

⁵³ *Idem*, 260.

escreveu não compreender como podia Oliveira Martins concordar com a continuidade étnica entre lusitanos e portugueses e não admitir a continuidade entre a dinastia de Avis e a de Bragança. Tratava-se de um argumento que não servia Portugal, logo “os apodos deprimentes e perversos com que Martins se refere à Pátria, são delitos de que o tribunal da História não poderá jamais absolvê-lo.”⁵⁴ E acrescenta, sob uma fundamentação antropológico-ideológica: “O fundo étnico, a vontade nacional não desaparecerá.”⁵⁵ Mais uma vez, encontramos aqui presente, a ideia de que a população, da qual a casa régia fazia parte, permaneceu imutável. Para além da população, Mendes Correia defendeu intervenção divina na Restauração⁵⁶ e apelou a uma ‘lógica’ inquestionável: “Como? Conjugando todos os fatores predisponentes, adjuvantes e eficientes que anunciamos, clima internacional, oportunidade, fatores económicos, políticos, religiosos, sociais, individuais, dando-nos um rei a valer, clarividente, tenaz, zeloso, homens de Estado, gerais, diplomatas, um clero patriota, bons soldados, toda essa falange magnífica das figuras de 1640 e da Restauração.”⁵⁷ Isto é, a união entre Deus, Pátria e Povo em torno de um líder: D. João IV no passado, Salazar no presente.

No discurso na sessão inaugural do I Congresso do Mundo Português, em 4 de julho de 1940, Mendes Correia, então presidente da Câmara Municipal do Porto, analisou a conjuntura europeia nos seguintes termos: “A Europa, a humanidade, estão sofrendo agora, de forma bem cruel e trágica, as consequências de se terem deixado entorpecer e cegar por mentiras românticas, por mitos verbais e enganadores, por grosseiras seduções materialistas e pseudo humanitárias, que queimaram nas almas as crenças fortes e sãs em valores duma realidade eterna.”⁵⁸ Como dissemos atrás, Mendes Correia não se revê nas ideologias que surgem na primeira metade do século XX, acusando o imperialismo alemão de ter originado a II Guerra Mundial. Deste modo, uma política belicista não foi defendida, nem por Mendes Correia, nem pela diplomacia portuguesa, estabelecendo desde muito cedo a sua neutralidade.

A diplomacia portuguesa da década de 30 obedeceu a dois princípios muito simples: o pragmatismo e a nação. Já a sua consecução não teve nada de simples, pois implicou uma ginástica de alianças, que culminou no que pretendia Salazar. Nesta década, Salazar tinha bem presente que Portugal, mal preparado militarmente, não podia entrar numa nova guerra, sobretudo após a má experiência da I Guerra Mundial. Continuava a preferir a tradicional aliança com a Grã-Bretanha, apesar de necessitar de algumas garantias da parte dos britânicos, acerca da sua posição face à Guerra Civil Espanhola (1936-39), de modo a evitar uma potencial invasão espanhola do território português. Deste modo, enquanto apoiava o nacionalismo franquista, mesmo com a Grã-Bretanha a declarar-se neutra no conflito espanhol, Salazar pressionava Londres no sentido para fornecimento de armas que permitisse a modernização do exército português.

Em 1938, após uma negociação com o nosso embaixador em Londres, Armindo Monteiro, é enviada a primeira missão britânica para treinar o exército português. A segunda fase da missão inicia-se em novembro do mesmo ano, logo após verificar-se que a paz proveniente

⁵⁴ In *Idem, Gérmén e Cultura*, (Porto: Imprensa Portuguesa, 1944) 101.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ Cf. *Idem*, 99.

⁵⁷ *Idem*. Mendes Correia defendeu até a inevitabilidade da Restauração, apresentando diferenças políticas, geográficas, históricas e biológicas entre os dois países. In *Idem, Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 56-93.

⁵⁸ *Idem, Da Pré-História à História Portuguesa* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1940), 7.

da Conferência de Munique é frágil. Neste sentido, a Grã-Bretanha quer dar novas garantias a Portugal, de modo a evitar que Lisboa negocie com Berlim. Uma aliança que seria desastrosa para Londres, uma vez que, em caso de guerra no Mediterrâneo, teria que passar por uma Península Ibérica hostil e não ter ao seu dispor importantes portos estratégicos, como Lisboa, Lagos, Açores e Cabo Verde. É então que Salazar obtém o que pretende da Grã-Bretanha: ao garantir que não entrará em conflito bélico direto, é-lhe garantida a defesa naval e aérea dos nossos territórios, em caso de ataque espanhol. Em 16 de março de 1939, Portugal assina um pacto de não-agressão com Espanha, a qual havia garantido, até à última, a participação na guerra ao lado das potências do Eixo, o que não viria a verificar-se⁵⁹.

Esta pequena incursão diplomática serviu o propósito de mostrar que a diplomacia portuguesa foi dupla nos atos, negociando com os dois lados digladiantes, enquanto no discurso atestava um Portugal neutro na intervenção direta, mas belicista, na crítica ao imperialismo e aos valores que norteavam a guerra. Aliás, Portugal criticava o expansionismo territorial das potências do Eixo, mas isso não impedia que Itália e Alemanha permanecessem como os principais fornecedores de armamento⁶⁰. Serviu, acima de tudo, para demonstrar que o discurso histórico em torno da Restauração tinha como objetivo legitimar a existência presente da independência portuguesa, face a uma possível ameaça de invasão espanhola durante ou após a Guerra Civil Espanhola.

A vitória de Franco e a assinatura do pacto de não-agressão conduziram ao estabelecimento do Bloco Peninsular, em 20 de dezembro de 1942, aglutinando a Espanha no discurso de uma Península Ibérica que não estava apenas fora da guerra, mas acima da guerra, como bastião dos valores ocidentais. Mendes Correia falou precisamente desses valores, sem nunca esquecer que continuam a tratar-se de dois países díspares⁶¹; porém, partilham: vizinhança, o facto de serem nações irmãs, terem uma língua de tronco comum (com exceção do basco), história similar, religião, glórias comuns⁶². Mendes Correia havia adiantado, em 1919, na ressaca na participação desastrosa do Corpo Expedicionário Português na Primeira Grande Guerra, que Espanha era “claramente a nossa aliada natural”⁶³, e que Portugal e Espanha se deveriam unir num “forte bloco de nações irmãs, opondo, nos azares do destino, ao imperialismo das grandes potências atuais um novo imperialismo, em que cooperaríamos com vantagem”⁶⁴. A cooperação chegou quando Franco chegou ao poder, com uma ideologia de tronco comum em tudo similar à de Salazar, e que Mendes Correia viu nos dois “estadistas lúcidos e patriotas, os melhores obreiros duma bela restauração espiritual na Europa e no mundo”⁶⁵.

⁵⁹ Cf. Valentim Alexandre, *O Roubo das Almas. Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006), 317-386.

⁶⁰ Cf. *Ibidem*, 384-386. A Itália foi a principal fornecedora de artilharia de montanha e artilharia ligeira, enquanto a Alemanha fornecia artilharia antiaérea e artilharia ligeira.

⁶¹ Mendes Correia, *O Bloco Peninsular* (Lisboa: Tipografia da Editorial Império, 1943), 5.

⁶² Cf. *Ibidem*, 14.

⁶³ *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 149.

⁶⁴ *Ibidem*, 150.

⁶⁵ *Idem*, *O Bloco Peninsular* (Lisboa: Tipografia da Editorial Império, 1943), 30.

Uma decadência superficial

Em último lugar, falta mostrar a visão histórica de Mendes Correia acerca do período contemporâneo e imediatamente anterior.

Assim como os humanistas do Renascimento olharam com desdém para a Idade Média, buscando na Antiguidade Clássica o apogeu histórico, também Mendes Correia vai analisar de igual modo o período compreendido entre a segunda metade do século XIX e o início da Ditadura Militar em 1926. Sobretudo, foi muito crítico para com todos que defenderam o “*conto da queda*”⁶⁶, a teoria da decadência dos povos.

Mendes Correia reconheceu que existiu decadência em Portugal e que esta “se manifesta a partir dos últimos reinados da dinastia d’Avis, e essa decadência assumiu proporções alarmantes quando as lutas políticas do liberalismo começaram convulsionando o país, e ainda se agravou agora com as consequências morais e materiais do conflito europeu [I Guerra Mundial].”⁶⁷ Trata-se de uma crise política à qual se junta um movimento descensional da população, entre os séculos XVII e o XIX⁶⁸. O autor apodou o século XIX como o da “hipocrisia romântica”⁶⁹, e mostrou repúdio pelo “antipatriotismo de Antero de Quental, António Nobre e Fialho de Almeida – [essa] triste doença, quase endémica, dum século, e o internacionalismo maçónico de Magalhães Lima e outros”⁷⁰. Num processo cumulativo, Mendes Correia defendeu que tudo isso conduziu a que, já na vigência da Iª República, Portugal vivesse sob “más condições económicas [...] desorganização familiar, jurídica e política [e] mau ambiente educativo”⁷¹. E acrescenta questões que, segundo a sua opinião, não foram solucionadas: “Há um alto ideal da Pátria, servido com uma consciência educada e nobre? Não. Há interesses de seita, há interesses de indivíduos”⁷².

Por aqui se vê que Mendes Correia não foi adepto do liberalismo e do republicanismo, ideologias que considerou conduzirem Portugal à “anarquia moral e económica”⁷³ e que venderam uma “mentira igualitária [...] [a qual] deixou uma herança terrível ao séc. XX: a conceção mecanística da sociedade, da vida e da alma, o plano de *standardização humana*, de uniformização social.”⁷⁴

Está implícito nas ideias de Mendes Correia que a decadência é aceite no seu discurso. Mas não se trata de uma decadência intrínseca, de cariz racial. Trata-se, sim, de uma decadência ideológica, de uma crise moral, de líderes menores ou, nas suas palavras, “de uma escuma superficial”⁷⁵.

⁶⁶ Jean Pierre Faye, *O Século das Ideologias* (Lisboa: Instituto Piaget, 1998 [edição original, 1996]), 16.

⁶⁷ Mendes Correia, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 157.

⁶⁸ Cf. *Ibidem*, 159.

⁶⁹ *Idem*, *Discurso no Centenário do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1937), 15.

⁷⁰ *Idem*, *O Bloco Peninsular* (Lisboa: Tipografia da Editorial Império, 1943), 26.

⁷¹ *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 162.

⁷² *Ibidem*, 167.

⁷³ *Idem*, *Discurso no Centenário do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1937), 14.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 162-163.

Por isso, iniciou uma “guerra aos agoirentos profetas da decadência”⁷⁶, demonstrando que bastava apenas ação política e educativa⁷⁷, uma vez que a crise constituía um mero golpe de cosmética, estando na “raça um substrato real da consciência da nacionalidade.”⁷⁸ As qualidades da raça, como vimos, eram imutáveis, bastando um combate à ‘anarquia’ instalada pois, segundo ele, “as boas qualidades da raça carecem de ser orientadas para um ideal superior e completadas com as que lhe faltam e que são o segredo das grandes nações.”⁷⁹

Mendes Correia evoca a glória histórica num passado distante, como dissemos atrás. Neste sentido, a ressurreição histórica seria possível, se fosse operada em torno de um líder heroico.

Na historiografia portuguesa, Salazar funcionou como um pêndulo que, apesar de ser uma figura do presente de Mendes Correia, facilmente balançava em para o passado, numa viagem temporal gloriosa e eterna.

O repúdio de Mendes Correia pelo seu passado recente aumentava sempre que tinha que falar de Salazar. Assim, quanto pior fosse desenhado o período anterior ao Estado Novo, melhor ficava Salazar na pintura. E não foram poucas as vezes que Mendes Correia o fez, enaltecendo o seu papel técnico na “reconstrução nacional [...] que decorre nos campos, técnico, económico e financeiro”⁸⁰ e as suas qualidades pessoais, a sua “direção firme e esclarecida”,⁸¹ “a clarividência, a decisão, o patriotismo”⁸² e o seu “génio providencial”⁸³.

Se no campo político o caminho parece traçado com Salazar, Mendes Correia aponta para o engrandecimento futuro, quando afirma o seguinte: “para que a reconstrução integral se faça, [...] que ela assente num exato conhecimento da nossa população, num revigoroamento físico e moral do nosso povo”⁸⁴.

Aqui observamos que o discurso histórico obedece à ditadura do prefixo ‘re’: revigoroamento, reconstrução, ressurgimento. Ao contrário do que dizia Oliveira Martins, que defendia que a história era um cemitério, para Mendes Correia “a verdadeira História é uma ressurreição.”⁸⁵

Mendes Correia olha, então, para a história de Portugal como um *continuum* glorioso temporal, de uma constância inerente (população) e de inconstâncias apoteóticas (heróis).

Fernando Catroga escreveu que o “salazarismo alimentou uma visão épica e otimista da história – daí as críticas da historiografia oficial ao pessimismo em causa. [...] O que se pretendia inocular era uma visão orgânica e evolutiva da Nação, descrita como um percurso trilhado segundo o ritmo de um destino já potenciado (por vontade divina). Por isso, passado e futuro eram apresentados como dois pólos que mutuamente se exigiam.”⁸⁶ Cabe aqui todo o discurso histórico de Mendes Correia, e que se pode resumir numa frase de sua lavra, aquando

⁷⁶ *Idem*, “Ciências da População” in *Idem*, *Gérmens e Cultura* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1944), 203.

⁷⁷ Cf. *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 151.

⁷⁸ *Ibidem*, 154.

⁷⁹ *Idem*, 167.

⁸⁰ *Idem*, *Martins Sarmiento e a consciência nacional* (Guimarães: Tip. Minerva Vimaranesense, 1933), 16.

⁸¹ *Idem*, “Ciências da População” in *Idem*, *ob. cit.*, 151.

⁸² *Idem*, *O Bloco Peninsular* (Lisboa: Tipografia da Editorial Império, 1943), 12.

⁸³ *Idem*, “Pré-História e gente do Ribatejo” in *Idem*, *ob. cit.*, 26.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ *Idem*, “O Porto, suas origens, evolução e perspectivas” in *Idem*, *Antropologia e História* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1954), 65. Trata-se de uma conferência proferida no Gabinete de História, na cidade do Porto, em 1 de maio de 1950.

⁸⁶ Fernando Catroga, “Ritualizações da História” in *História da História de Portugal*. II Vol. *A História através da História*, Luís Reis Torgal; José Amado Mendes; Fernando Catroga (s.l.: Temas e Debates, 1998), 273.

do I Congresso do Mundo Português, em 4 de junho de 1940: “neste Congresso, evocam-se os mais antigos e os mais obscuros protagonistas duma história multimilenária, as bases telúricas e étnicas da Nação, forças que vêm dum passado distante e se projetam vitoriosas num porvir sem fim.”⁸⁷

Mendes Correia, como praticamente todos os historiadores do Estado Novo, pautou a sua conduta pelos estatutos da Academia Portuguesa da História, numa espécie de construção positivista da história de Portugal, em que o saber temporal era cumulativo, mascarado de científico e auspiciando a verdade e, acima de tudo, obedecendo a um único princípio: a Pátria de Salazar. Não havia espaço para discussão, como sugere o próprio presidente do Conselho, no discurso proferido aquando das celebrações do 28 de maio, em 1936: “Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História.”⁸⁸ Não se discutia a nossa história porque, ao colocar Deus e Pátria na mesma linha de importância, vemos que a história nos é legada por uma entidade superior aos homens, não é construída pelo saber humano, não implica interpretação, apenas reportagem.

Os estatutos da Academia Portuguesa da História não constituíram um ponto de viragem na produção historiográfica de Mendes Correia que, como vimos, mantém a coerência ‘científica’ muito antes da vigência do Estado Novo. Significa isto que Mendes Correia não se alinhou com o saber histórico produzido no Estado Novo; o Estado Novo é que se enformou e alinhou em alguma historiografia anterior a 1933, tendo em Mendes Correia um dos seus intelectuais formadores.

⁸⁷ Mendes Correia, *Da Pré-História à História Portuguesa* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1940), 15. No mesmo sentido, escreve o autor, numa comparação tácita entre Salazar e D. João I: “Há hoje em Portugal, no Portugal de Salazar, há neste lugar e nesta hora solene da Pátria, uma vibração heroica, um frêmito de epopeia e de grandeza, que se assemelha ao daqueles tempos gloriosos.” in *Idem*, “Uma página de Fernão Lopes” in Mendes Correia, *Gémen e Cultura* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1944), 70.

⁸⁸ Cit. in Luís Reis Torgal, “A história em tempo de «ditadura»” in *ob. cit.*, Luís Reis Torgal; José Amado Mendes; Fernando Catroga (s.l.: Temas e Debates, 1998), 241.

